



(Anexo à ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2010)

ESTATUTO SOCIAL DA TIM CELULAR S.A.

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

ARTIGO 1º- A TIM CELULAR S.A. é uma sociedade por ações fechada, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A Companhia poderá também utilizar o nome fantasia "TIM CELULAR" e/ou "TIM SUL".

ARTIGO 2º- A Companhia tem foro na cidade e Estado de São Paulo, com sede na Avenida Giovanni Gronchi, 7143. A decisão relacionada à abertura e fechamento de filiais, sucursais, escritórios e estabelecimentos quaisquer, dentro e fora do território nacional, poderá ser tomada em Reunião da Diretoria.

ARTIGO 3º- O objeto da Companhia é:

- I. implantar, operar e prestar serviços de telecomunicações em geral, de comunicação multimídia, serviços de valor adicionado, comercialização de mídia e correlatos, bem como praticar as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade de suas concessões, permissões ou autorizações, outorgadas na forma da legislação aplicável.
- II. comercializar, alugar e dar em comodato aparelhos telefônicos, eletrônicos, computadores e afins tecnológicos, seus acessórios e peças de reposição.
- III. prestar serviços de manutenção em aparelhos telefônicos e equipamentos de telefonia, eletrônicos, computadores e afins tecnológicos.
- IV. promover e realizar a importação e exportação de bens e serviços necessários ou úteis à execução de atividades compreendidas no seu objeto.
- V. prestar serviços administrativos, incluindo consultoria, assessoria, planejamento, segurança da informação, gestão empresarial e administrativa.
- VI. explorar atividades de seu objeto social através da concessão de franquias e demais canais e modalidades de vendas, próprios ou de terceiros.

- VII. comercializar, alugar e dar em comodato bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações, bem como de objetos relacionados com a Marca e/ou logomarcas utilizadas pela Companhia.
- VIII. celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades.
- IX. exercer outras atividades afins ou correlatas às descritas nos itens anteriores.
- X. participar no capital de outras sociedades.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL/E AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 7.731.647.115,34 (sete bilhões, setecentos e trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e quinze reais e trinta e quatro centavos), dividido em 31.506.833.561 (trinta e um bilhões, quinhentos e seis milhões, oitocentos e trinta e três mil e quinhentos e sessenta e um) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

ARTIGO 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

ARTIGO 7º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral possui as atribuições previstas em lei e, em caráter ordinário, instalar-se-á anualmente no curso dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social, instalando-se, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia exigir.

ARTIGO 9º - A Assembleia Geral terá os poderes e prerrogativas atribuídas por lei e por este Estatuto Social, inclusive as seguintes:

- I. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes suas designações e atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social;



II. aprovar a esfera de atuação e a alçada dos Diretores, gerentes e funcionários da Companhia;

III. deliberar sobre a renúncia ao direito de preferência ou a alienação de qualquer participação da Companhia em sociedades que estejam sob seu controle;

IV. autorizar a Companhia, bem como suas coligadas, controladas, ou sociedades das quais participe, a celebrar, alterar ou rescindir acordos de acionistas;

V. escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

ARTIGO 10 - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente, observada a legislação aplicável para os demais casos de convocação. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

ARTIGO 11 - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer dos acionistas presentes, que indicará o secretário para compor a mesa.

ARTIGO 12 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria dos votos dos presentes.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13 - O órgão permanente da administração da Companhia é a Diretoria. Os administradores da Companhia estão dispensados de prestar garantia de gestão.

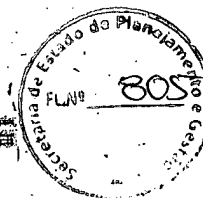
ARTIGO 14 - Os Diretores devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas de Reuniões da Diretoria, devendo permanecer em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Primeiro - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo quando o administrador deixar de assinar o termo de investidura no prazo previsto no *caput* ou deixar o exercício da função por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) intercalados durante o prazo do mandato, tudo sem justa causa, a juízo da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir desse momento, perante a Companhia e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no Registro do Comércio e sua publicação.

ARTIGO 15 - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração pode ser fixada de forma individual para cada administrador ou de forma global.

3/6



CAPÍTULO V DIRETORES E REUNIÕES DA DIRETORIA

ARTIGO 16 - A Companhia terá uma Diretoria à qual competirá a administração e a gestão dos negócios sociais e, ainda, representará a Companhia perante terceiros e na prática de todos os atos que se relacionem com o objetivo da Companhia, tudo em conformidade com o disposto no Artigo 21 deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 9 (nove) membros. Todos os Diretores terão mandato de 2 (dois) anos e serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. Dentre os Diretores, um será designado Diretor Presidente e os demais terão a designação que lhes vier a ser atribuída pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o substituto será designado pelo Diretor Presidente ou, na sua impossibilidade, por decisão da maioria da Diretoria.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, o qual completará o mandato do substituído.

ARTIGO 17 - No ato da posse, os Diretores da Companhia, além da adesão aos termos do Código de Ética do Grupo, também se obrigam a observar as disposições contidas na "Política de Autorizações Societárias da TIM Celular S.A." ("Política de Autorizações"), aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, a qual reflete e incorpora as disposições estatutárias da TIM Participações S.A., controladora da Companhia.

ARTIGO 18 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) membros da Diretoria. A convocação deverá ser feita por meio de aviso escrito, enviado a todos os Diretores por carta, facsímile ou comunicação eletrônica.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria poderão participar das reuniões por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas. Em qualquer hipótese, das reuniões da Diretoria serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos participantes.

Parágrafo Segundo - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores em exercício, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de Minerva.

ARTIGO 19 - O Diretor Presidente, agindo isoladamente, terá plenos poderes para praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento em nome da Companhia, observadas apenas as limitações estabelecidas nos Artigos 9, 17 e 21 do Estatuto Social e na lei.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Assembleia Geral estabelecer o limite de autoridade de cada um dos demais Diretores, fixando o valor dentro do qual os mesmos ficam autorizados a praticar atos e assinar documentos em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo do disposto no *caput* e no Parágrafo Primeiro deste artigo, qualquer um dos demais Diretores da Companhia poderá agir isoladamente em questões cujo valor não exceda a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como na representação da Companhia perante terceiros, inclusive órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

ARTIGO 20 - Observadas as limitações estabelecidas nos artigos 9, 17 e 21 deste Estatuto Social e na lei, a Companhia será representada e será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: I - de qualquer Diretor, agindo isoladamente, ou II - de 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto. A Companhia também poderá ser representada por um único procurador, agindo isoladamente, desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido firmado por 2 (dois) Diretores da Companhia, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados por um Diretor, observados os respectivos limites de autoridade de referido Diretor. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo máximo de 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas com os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, que terão prazo indeterminado. O subestabelecimento das procurações "ad-negotia" é vedado.

ARTIGO 21 - A Diretoria administrará a Companhia obedecendo rigorosamente ao disposto na legislação aplicável, neste Estatuto Social, no Código de Ética e Política de Autorizações mencionada no Artigo 17 acima, sendo vedado a seus integrantes, em conjunto ou isoladamente, a prática de atos estranhos aos objetivos sociais.

CAPITULO VI CONSELHO FISCAL

ARTIGO 22 - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

CAPITULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LÚCRO

ARTIGO 23 - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social, serão preparadas as respectivas demonstrações financeiras, na forma exigida em lei.

ARTIGO 24 - Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 25 - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, também por deliberação da Assembleia Geral, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único. - Os dividendos distribuídos nos termos deste Artigo serão imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 26 - A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei.

Parágrafo Único - A remuneração paga nos termos deste Artigo será imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VIII TRANSFORMAÇÃO

ARTIGO 27 - A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima.

CAPÍTULO IX DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.